



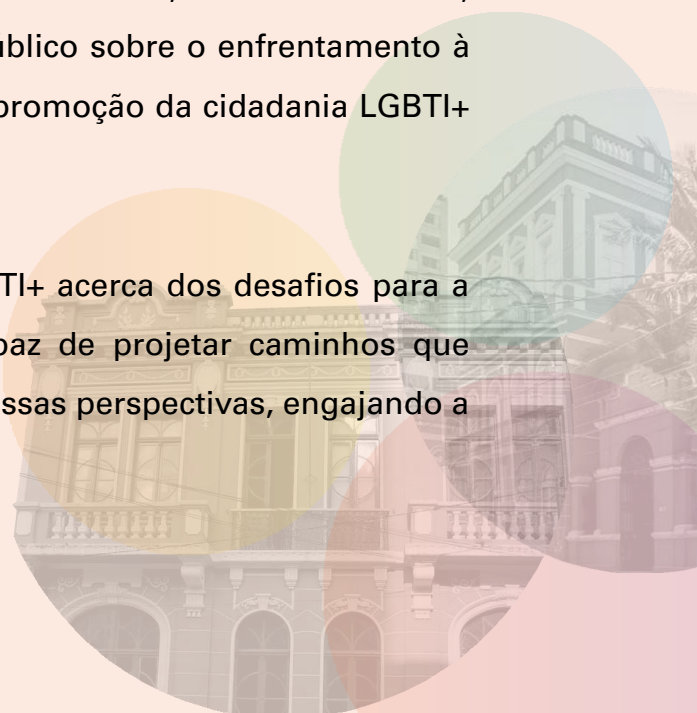
CARTA DE CURITIBA

Contribuições do 2º Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+

Pela promoção e defesa de Políticas Públicas Interseccionais para a Comunidade LGBTI+: Resistir é preciso!

Nós, pessoas delegadas do 2º Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+, realizado na Cidade de Curitiba, Paraná, de 15 a 18 de janeiro de 2025, vimos expressar, por meio da presente Carta, nossas reflexões, contribuições e propostas para o debate público sobre o enfrentamento à discriminação e sobre a defesa, garantia e promoção da cidadania LGBTI+ no Brasil.

Chamamos a atenção da Comunidade LGBTI+ acerca dos desafios para a construção de um movimento forte e capaz de projetar caminhos que produzam uma nova onda que amplie as nossas perspectivas, engajando a



geração atual de ativistas e militantes e inspirando novas gerações para a continuidade de nossas lutas e resistências, valorizando nossas histórias e memórias, afirmando que **“vamos precisar de todo mundo, pra banir do mundo a opressão” ***.

Assim, proclamamos:

O Movimento Social LGBTI+ Brasileiro é uma força histórica de transformação social e política, construído sobre décadas de lutas por dignidade, direitos, igualdade e equidade. Desde as primeiras articulações durante a ditadura militar até o fortalecimento das Paradas do Orgulho LGBTI+ como atos políticos e de resistência, o movimento social e a comunidade têm demonstrado coragem diante de adversidades que incluem a ascensão de governos autoritários, como na ditadura e na gestão anterior, crises econômicas e o surgimento de pandemias. As Paradas do Orgulho LGBTI+, mais do que celebrações, são ocupações do espaço público que reivindicam visibilidade e combatem retrocessos, transformando ruas e avenidas em palcos de reivindicação coletiva.

O Movimento Social LGBTI+ Brasileiro não apenas resiste, mas busca avançar. Conquistas como o casamento igualitário, a criminalização da LGBTIfobia e a ampliação de políticas públicas são frutos de uma mobilização que transcende diferenças e constrói pontes entre a sociedade civil e o poder público, sem perder a nossa autonomia e a rebeldia. Mesmo em face de ataques e tentativas de retrocessos, a luta permanece viva, articulada e interseccional, reafirmando que a diversidade é a essência de uma democracia plena. A história do Movimento Social LGBTI+ no Brasil é a prova de que resistir é um ato revolucionário e de que o futuro é construído pela coragem de sonhar e agir coletivamente.



II Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+

Assim, reafirmamos nosso compromisso com a construção de um Brasil democrático, laico, mais inclusivo, que promova o bem-estar social, onde a liberdade, o respeito, a igualdade e a equidade sejam não apenas ideais, mas realidades vividas por todas as pessoas.

NOSSAS LUTAS, NOSSAS CONQUISTAS!

O Movimento Social LGBTI+ no Brasil conquistou avanços significativos na garantia de direitos fundamentais, principalmente por meio da litigância estratégica junto ao Poder Judiciário. Entre as conquistas mais relevantes está o reconhecimento, em 2011, da união estável entre pessoas do mesmo gênero pelo Supremo Tribunal Federal (STF), equiparando os direitos dessa união aos das uniões heterossexuais. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ampliou esse direito ao assegurar o casamento civil entre pessoas do mesmo gênero. Outro marco importante foi a decisão do STF, em 2015, que reafirmou o direito à adoção por casais trans e homoafetivos, fortalecendo uma visão inclusiva e plural de família.

Em 2018, o STF garantiu às pessoas trans o direito à retificação de prenome e gênero em documentos oficiais, sem necessidade de intervenções médicas ou processos judiciais, assegurando dignidade e reconhecimento da identidade de gênero dessa população. No ano seguinte, o STF criminalizou a LGBTIfobia, equiparando-a ao crime de racismo, estabelecendo sanções legais contra práticas discriminatórias. Já em 2020, a Suprema Corte derrubou restrições que impediam a doação de sangue por homens gays e pessoas trans, destacando que as regras deveriam se basear em práticas de risco e não em preconceitos. Essas vitórias representam o trabalho incansável do Movimento Social LGBTI+

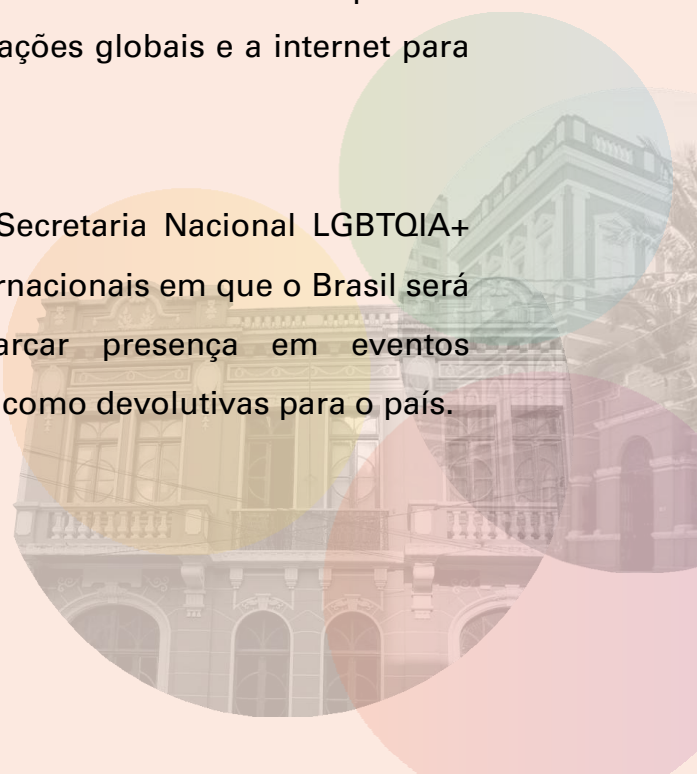
organizado e não apenas o acolhimento de nossas demandas pelo Poder Judiciário.

DEFENDER A DEMOCRACIA PLENA CONTRA AS FAKE NEWS E A EXTREMA DIREITA

Na última década, a vida democrática brasileira foi abalada com a eleição de forças da extrema-direita que se aproveitaram de uma onda conservadora na cultura e na política, além de interesses econômicos voltados ao enfraquecimento do Estado e à redução de direitos trabalhistas. A população LGBTI+ foi fortemente afetada por essa tendência retrógrada.

A vitória de Lula nas eleições brasileiras foi fruto da coalizão de forças democráticas contra o retrocesso social, político e econômico perpetrado pelo governo Bolsonaro. Essa resistência abriu uma janela de oportunidades para reaver danos. Entretanto, a extrema direita avança em nível internacional, tendo Donald Trump voltado à presidência dos EUA com a pauta das ofensivas anti-gênero como uma frente de batalha, tendo as pessoas trans como alvo principal do cancelamento de direitos, endossado por Elon Musk e Mark Zuckerberg que assumiram utilizar seu poderio econômico e de controle sobre as comunicações globais e a internet para permitir a livre expressão de ódio.

Lamentamos que, ante a esse cenário, a Secretaria Nacional LGBTQIA+ mostra-se desalinhada com os eventos internacionais em que o Brasil será protagonista, tendo se limitado a marcar presença em eventos internacionais sem organizar ações efetivas como devolutivas para o país.



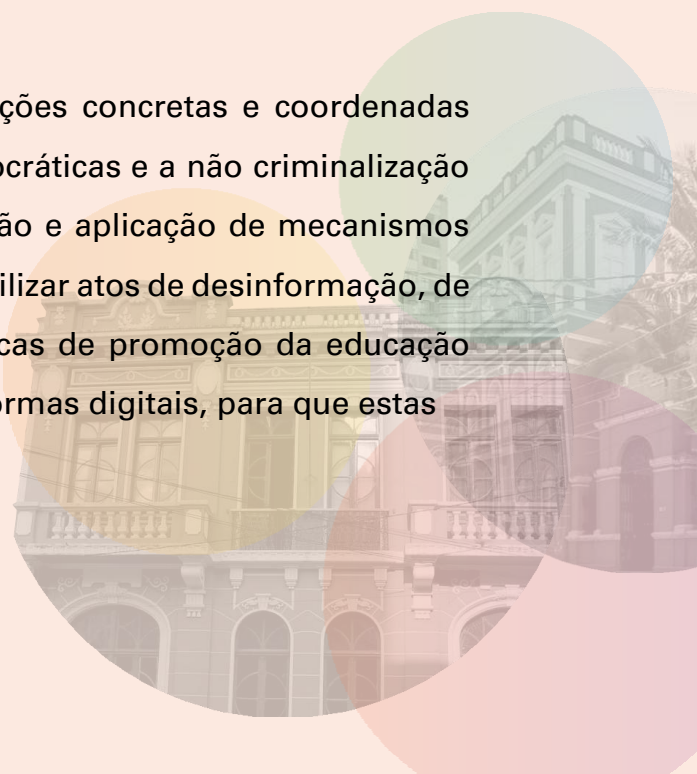


II Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+

Outrossim, o Brasil, por meio dos ministérios das Relações Exteriores e dos Direitos Humanos não tem atuado como protagonista em nossa temática como protagonistas no cenário internacional, o que ocorria nos Governos Lula 1 e 2 e Dilma, perdendo sua relevância na comunidade LGBTI+ global. Também não tem havido iniciativas da Secretaria Nacional LGBTQIA+ de realização de ações no contexto dos eventos internacionais sediados no Brasil, como o encontro dos BRICS e a COP 30 que têm ignorado as pautas da diversidade sexual e de gênero.

O pilar central de uma democracia plena, é a garantia da legitimidade das instituições, a estabilidade social e a proteção dos direitos fundamentais. Sua defesa é inegociável, pois é por meio dela que se assegura a confiança da população no Estado e nas estruturas que regulam a convivência em sociedade. No entanto, a utilização de mentiras, calúnias e fake news contra a população LGBTI+ representa uma estratégia deliberada de desinformação, que não apenas atenta contra a dignidade humana, mas também compromete a integridade do sistema democrático. Essas práticas fomentam a discriminação e ampliam a violência política e institucional enfraquecendo as instituições encarregadas de promover a justiça e a inclusão.

O enfrentamento desse fenômeno exige ações concretas e coordenadas para o fortalecimento das instituições democráticas e a não criminalização dos movimentos sociais. Isso inclui a criação e aplicação de mecanismos legais eficazes para criminalizar e responsabilizar atos de desinformação, de modo que se implementem políticas públicas de promoção da educação midiática e a fiscalização rigorosa de plataformas digitais, para que estas





assumam seu papel no combate à disseminação de conteúdos fraudulentos e violadores de direitos humanos, sobretudo contra a população LGBTI+.

Ao mesmo tempo, é fundamental fomentar o compromisso com a ética no discurso público, priorizando a transparência, a veracidade e o respeito às diferenças. Resistir sempre não é apenas um imperativo moral, mas uma estratégia política para garantir a preservação e o fortalecimento da democracia. É por meio de ações firmes e contínuas dos poderes legislativo, executivo e judiciário que se pode assegurar que as instituições democráticas permaneçam sólidas, cumprindo seu papel de proteger a diversidade, a igualdade e os direitos fundamentais de toda a população, especialmente daquelas mais vulnerabilizadas pela desinformação e pela intolerância. Destacamos que fake news e desinformação não são liberdade de expressão, são crimes!

DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA LGBTI+ NA CENA BRASILEIRA

A população LGBTI+ enfrenta, de maneira cotidiana e estrutural, uma série de violências que, se houver responsabilidade e compromisso das gestões públicas, podem ser erradicadas. A implementação de políticas públicas eficazes, com a devida alocação orçamentária e a participação ativa da sociedade civil, têm o poder de transformar essa realidade de exclusão e violência. É fundamental destacar que as violações de direitos que afetam a nossa população são atravessadas por múltiplas interseccionalidades, que incluem não apenas o gênero e a orientação sexual, mas também a raça, a cor, a etnia, a geração, a deficiência, a classe social e as especificidades dos territórios, que juntas formam as múltiplas formas de exclusão social. Cada uma dessas dimensões contribui para a formação de um quadro de

desigualdade e discriminação sistêmica, tornando ainda mais urgente a necessidade de um olhar abrangente e inclusivo nas políticas públicas.

Os campos mais críticos de violação de direitos que ainda afetam com gravidade a nossa população LGBTI+ são diversos e complexos. A violência física e psicológica continua sendo uma realidade presente, seja em contextos domésticos, familiares, ou nas ruas. A violência institucional, que se manifesta em atitudes discriminatórias dentro de escolas, hospitais, delegacias e ambientes de trabalho, também é uma das maiores barreiras situacionais e atitudinais enfrentadas por nós. Além disso, a violência intrafamiliar, a falta de empregabilidade, a negação de direitos civis essenciais, a exclusão escolar e a falta de pleno acesso a serviços de saúde integral. As mulheres lésbicas e bissexuais vivenciam violências como estupro corretivo e a ausência de espaços nos quais as vozes de suas especificidades sejam acolhidas. O contexto de fragilidade nas políticas protetivas e o abandono ou presença do poder público em garantir os direitos da população LGBTI+ agravam ainda mais esse cenário de vulnerabilidade.

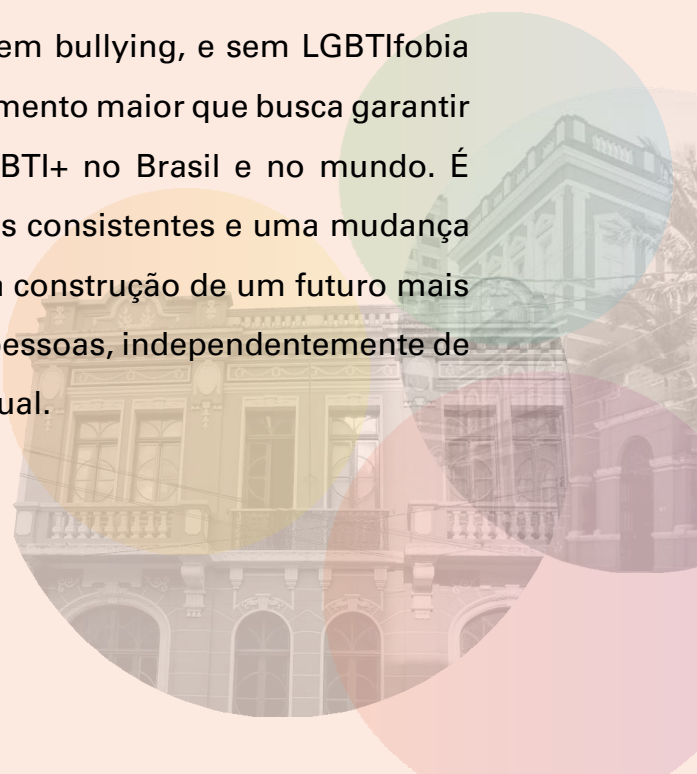
As violências letais marcam o tenebroso - porém constante - histórico de assassinatos de pessoas LGBTI+, principalmente de travestis e mulheres trans, que perdura inabalado há décadas e confere ao Brasil o lamentável título de país que mais registra casos de transfeminicídio e de um dos líderes de violência contra a população LGBTI+ no mundo. Não observamos, da parte do Governo Federal, nenhuma ação concreta para o enfrentamento deste problema, para além de declarações formais. Faltam intervenções do Poder Executivo de modo a prevenir e acabar com a impunidade sistêmica no que tange aos crimes LGBTIfóbicos, além de

ações educativas junto ao Poder Judiciário para que a Magistratura consolide uma jurisprudência de reconhecimento e de cumprimento das decisões do sistema de justiça.

EDUCAR PARA A DIVERSIDADE E ENFRENTAR A LGBTIFOBIA NAS ESCOLAS É UM IMPERATIVO!

No campo da educação, a implementação de pedagogias emancipatórias é essencial para promover a inclusão e a permanência de pessoas LGBTI+ nas escolas, especialmente as pessoas trans. A criação de um ambiente escolar seguro e inclusivo, livre de discriminação, é imprescindível para garantir que adolescentes e jovens LGBTI+ possam concluir sua trajetória escolar com dignidade e respeito. É urgente que o Estado Brasileiro compreenda a necessidade de erradicar a LGBTIfobia, tanto nas instituições de ensino quanto em outras áreas da sociedade, para que se possa criar uma educação sem violências. A educação deve ser plural, inclusiva e livre de bullying LGBTIfóbico. A criação de políticas públicas eficazes é essencial para garantir que as escolas se tornem espaços de acolhimento, aprendizado e respeito à diversidade.

A luta por uma educação sem violências, sem bullying, e sem LGBTIfobia nas escolas é apenas uma parte de um movimento maior que busca garantir os direitos fundamentais da população LGBTI+ no Brasil e no mundo. É essencial que, por meio de políticas públicas consistentes e uma mudança cultural na sociedade, possamos avançar na construção de um futuro mais justo, igualitário e respeitoso para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.



Além disso, é fundamental que o Estado assuma sua responsabilidade na nomeação e enfrentamento à LGBTIfobia institucional e legislativa. Este é um passo necessário para combater a naturalização da violência e da discriminação contra corpos e identidades que desafiam normas heteronormativas e cisnormativas. A presença de uma política pública que combata a LGBTIfobia deve ser acompanhada de um esforço contínuo para formar profissionais de diversas áreas (educadores, policiais, médicas/os, políticas/os, psicólogas/os, etc.) em práticas inclusivas e respeitosas às identidades LGBTI+ e aos Direitos Humanos.

RESPOSTA DOS GOVERNOS SÃO INSUFICIENTES PARA ENFRENTAR A LGBTIFOBIA E PROMOVER NOSSOS DIREITOS

O Mapeamento de Políticas Públicas para LGBTI+ nos 26 Governos Estaduais e Distrito Federal (Programa Atena, 2023), mostra que a situação nos Estados ainda está longe de ser o necessário para promover a cidadania e enfrentar a discriminação contra a população LGBTI+. Neste mapeamento, a média dos indicadores nas políticas matriciais ficou em 2,5 (ruim). Em 16 dos 27 governos estaduais/distrital o órgão gestor, conselho estadual ou plano/programa LGBTI+ teve nota mínima (1,0) e nenhum estado atingiu a nota máxima (5,0), demonstrando que há ainda um longo caminho a ser percorrido na implementação de políticas públicas voltados para a população LGBTI+ no Brasil. Os planos e programas são a principal fragilidade: em 19 governos as notas estão péssimas (entre 1,0 e 2,0) e apenas três tiveram notas bom/regular (entre 3,0 e 4,0), sendo nenhum ótimo (acima de 4,0). O relatório também afirma que não estamos num caminho satisfatório de consolidação das políticas públicas nos governos estaduais. Mesmo no caso dos que estão em melhor posição, tais indicadores não refletem o mínimo de uma política pública de qualidade



II Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+

voltada para população LGBTI+. É preciso avançar no monitoramento, na publicidade e na transparência de dados e informações públicas, bem como num orçamento dedicado e exclusivo à implementação de políticas públicas nos estados e, por fim, na regulamentação específica de direitos e garantias individuais via Poder Legislativo Estadual.

Dados do Mapeamento das Políticas Públicas LGBTI+ nas Capitais (Programa Atena 2024), mostra que das 26 capitais, apenas 15 possuem Órgão Gestor de políticas públicas LGBTI+ (58%). Há 13 capitais sem Conselho LGBTI+ (50%) e 8 sem qualquer política matricial LGBTI+ (31%), o Tripé da Cidadania LGBTI+, conceito estabelecido na 1ª Conferência Nacional LGBTI+ de 2008, constituído por Órgão Gestor, Conselho Municipal e Plano/Programa de políticas públicas municipal com programa de execução e orçamento. Das capitais que possuem Órgão Gestor (15), apenas 6 possuem Programa e 3 Plano específicos para implementação de políticas públicas LGBTI+. Somente 5 das capitais (19%) possuem diretrizes completas no Plano Plurianual de 2022-2025 voltadas para prevenção, operação e atendimento específicos de políticas públicas LGBTI+ e 4 incompletas (15%). Desse total (9), 7 capitais possuem previsão orçamentária específica para o órgão gestor ou programa na LOA 2024 (27%), instrumento de previsão orçamentária de gastos no exercício financeiro anual, ou seja, que garantam relevância às políticas públicas LGBTI+ na gestão de recursos da cidade. As cidades com maiores pontuações gerais refletem uma jornada contínua e regular de desenvolvimento das políticas públicas LGBTI+, necessariamente passando pela institucionalização do Órgão Gestor e Conselho Municipal. Apenas 4 capitais (São Paulo, Salvador, Natal e Maceió) ficaram acima de 3,0 (bom) e 13 capitais (50%) ficaram abaixo de 2,0 (insuficiente). Há 4 capitais (São Luís, Rio Branco, Palmas e Boa Vista) sem qualquer tipo de política pública



matricial ou direito na legislação municipal voltada para promoção da cidadania e enfrentamento à violência contra a população LGBTI+. Tomando por base os dados das capitais, o cenário nas demais cidades brasileiras nos sinalizam um quadro de ausência de políticas públicas efetivas nos demandando a necessidade de um olhar de atenção aos municípios como um todo, sobretudo aqueles com menor índice de desenvolvimento humano em todas as regiões brasileiras, especialmente norte, nordeste e centro-oeste.

GOVERNO FEDERAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PACTO FEDERATIVO: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

Embora reconheçamos os esforços do Governo Federal na criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e na implementação de programas para proteção e garantia de direitos da comunidade LGBTQIA+, bem como a volta do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, importantes marcos para a gestão de políticas públicas para a população LGBTI+, nos últimos dois anos, não vimos ainda um conjunto de políticas públicas implementadas com caráter efetivo para a promoção da cidadania LGBTI+ e o enfrentamento da LGBTIfobia. Mais do que anúncios de programas e cartas de intenções, é urgente implementar e garantir políticas públicas efetivas para o enfrentamento à discriminação e a promoção dos direitos da população LGBTI+, mas para isso, é necessário um plano nacional pactuado com estados e municípios, com orçamento federal próprio para se estruturar efetivamente as respostas contra a violação de nossos direitos e para a implementação de políticas públicas federais e de financiamento, fomento e apoio aos estados e municípios. Sem dados, recursos financeiros,



pactuação tripartite, não teremos políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil.

Devemos reafirmar o papel independente e autônomo dos movimentos sociais como instâncias consultivas de discussão e controle social das políticas públicas exercidas pelos governos. As diferentes entidades LGBTI+ devem refletir as necessidades da população LGBTI+, construindo amplo diálogo democrático entre elas para definição das pautas comuns do Movimento Social LGBTI+. É fundamental para o avanço das pautas LGBTI+ a radical independência de governos e partidos políticos, de forma a não servirem de correia de transmissão dos poderes já estabelecidos. Assim, a própria comunidade toma a frente das discussões específicas dos diversos grupos no espaço adequado, não permitindo que a Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, prevista para outubro desse ano, não perca seu foco fundamental, de determinar, verificar, avaliar, conferir o que foi implementado de políticas públicas para pessoas LGBTI+ em todas as áreas do Governo Federal e nos Estados e Municípios.

Propomos:

1- É necessário construir diálogos democráticos e efetivos entre as redes nacionais LGBTI+ para a definição de uma agenda comum no enfrentamento à discriminação e promoção da cidadania LGBTI+.

2- É fundamental ampliar a interlocução com outros movimentos sociais ainda não mobilizados para as nossas pautas, buscando uma relação recíproca. Precisamos unir nossas lutas em favor dos direitos humanos, dos povos originários, do campo, das florestas, ribeirinhos, quilombolas, população negra, povos tradicionais de matrizes africanas (potimas),

mulheres, pessoas com deficiência e idosas, população em situação de rua, migrantes, refugiados, e todas as pessoas violadas em seus direitos humanos.

3 - Tornam-se necessárias ações institucionais e intersetoriais especificamente para promover políticas de igualdade de direitos para mulheres lésbicas, trans e bissexuais em todas as esferas da vida, incluindo o mercado de trabalho, educação, saúde, segurança, combate à cultura do estupro corretivo de modo que se implementem políticas afirmativas que promovam a visibilidade e a inclusão dessas populações em suas interseccionalidades.

4- A padronização sobre a sigla que representa as identidades de gênero e orientações sexuais que compõem o nosso Movimento Social Brasileiro deve ser definida pelo próprio movimento. Assim, convidamos as entidades nacionais LGBTI+ para, juntas, dialogarem e construírem um melhor caminho que represente a luta pelos direitos de nossa população. Dessa forma, a Conferência Nacional não pode ser espaço para arbitrar sobre nossos corpos e para definir sobre a nossa sigla, uma vez que é uma conferência paritária, entre sociedade civil e poder público. Também consideramos que esta definição é obra do nosso Movimento Social e não da academia e dos governos.

5 - É urgente a criação de Plano Nacional de Políticas Públicas para a População LGBTI+, com orçamento público, plano estratégico, atribuições, metas, responsabilidades, entre os governos federal, estaduais e municipais com a participação da sociedade civil. Sem Orçamento, não há políticas públicas!



6- A implementação de um Sistema Nacional de Defesa e Proteção da Cidadania LGBTI+ para enfrentamento à discriminação e às violências contra a População LGBTI+, pactuado com estados e municípios, garantido o monitoramento pela sociedade civil.

7- Pela efetivação do Programa Empodera+ que busca promover o trabalho digno e a geração de renda para pessoas LGBTQIA+, incluindo a preparação e ocupação no mundo do trabalho, visando à autonomia do público atendido, instituído pela Portaria nº 88, de 27 de fevereiro de 2024, resultando na Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social, de modo que resulte em empregabilidade e oportunidades formais para a população LGBTI+, sobretudo para as pessoas trans.

8- Por políticas públicas especializadas e acolhedoras voltadas ao cuidado e à prevenção da saúde da população LGBTI+. O enfrentamento às ISTs, incluindo o HIV/aids, deve ser uma ação prioritária, mas nunca a única, no entanto, com foco no acesso a tratamentos adequados, prevenção e educação em saúde.

9- A saúde mental da população LGBTI+ precisa ser tratada de forma não patologizante, antiproibicionista com estratégias de redução de danos e cuidado no campo de álcool e outras substâncias, observando o contexto do sexo aditivado, “chemsex” e integralmente com estratégias que respeitem a identidade e a vivência de cada pessoa.

10- Destaca-se que as políticas de saúde precisam de estratégias específicas para o cuidado integral das travestis, mulheres trans, homens trans, pessoas intersexo e pessoas não binárias, de modo que tenham acesso a



cuidados adequados e a um atendimento que respeite suas necessidades específicas. Que estas políticas tenham profissionais especializados e com remuneração digna para a complexidade da natureza dos serviços.

11- Por uma educação pública e de qualidade em todos os níveis, a partir do desenvolvimento e implementação de uma política educacional afirmativa, laica, acolhedora, sem violências, sem bullying LGBTIfóbico e que promova uma educação representativa.

13- Por orçamento público que garanta a realização da Conferência Nacional LGBTQIA+ que ainda não tem recursos definidos. A Conferência deve ser para conferir, auditar, avaliar o que foi feito até agora. Também deve ser uma oportunidade para revisar as propostas definidas e aprovadas nas conferências anteriores. Reivindicamos a importância de que esta Conferência não sofra dirigismo e aparelhamentos, garantindo a participação de todas as forças políticas do Movimento Social LGBTI+ Brasileiro.

14- Que a nova composição do Conselho Nacional LGBTQIA+, que será renovada em maio próximo, garanta a participação plural de todas as entidades nacionais do Movimento Social LGBTI+ Brasileiro, estabelecendo critérios democráticos, éticos e transparentes de habilitação e definição das entidades aptas a ingressar no Conselho Nacional, bem como, garanta um processo isonômico de eleição entre as entidades habilitadas.

15 - É fundamental reconhecer e implementar ações e protocolos que minimizem o impacto da crise ambiental nos direitos da Comunidade LGBTI+, bem como, o direito às cidades e ao campo.



Curitiba, Paraná, 18 de janeiro de 2025

II Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+

*Trecho da canção “O Sal da Terra” de Beto Guedes

